

Mudanças desejadas

Armando Cardoso

Os congressistas recém-empossados têm duas funções difíceis e importantes para o futuro equilíbrio político da Nação. Inicialmente, deputados e senadores terão de trabalhar em função do resgate da imagem e do respeito ao Legislativo, que, além de desgastado perante a opinião pública — os votos nulos e brancos de outubro provam isso —, sofre o problema crônico da divergência de posicionamento de suas lideranças, isto é, raramente as ações significam os anseios da população e, em muitos casos, nem os dos liderados. Depois, lutarão pelo crescimento sócio-econômico e político do Brasil, o que requer, independente das ideologias, discernimento, cabeça fria e pensamento macro, já que estará em jogo o destino de 155 milhões de pessoas, relação em que também estão incluídos desde os parlamentares até o Presidente da República.

Por isso mesmo, e críticas à parte, o entendimento deixou de ser uma proposta exclusiva da Presidência da República e dos governadores eleitos. A partir de agora, o pacto nacional — ou qualquer outro nome que queiram dar — passa, obrigatoriamente, pelo crivo do povo, representado participativamente justamente pelo Congresso. Portanto, antes de medir forças, conflito nem sempre salutar e que normalmente resulta no recuo de conquistas constitucionais, torna-se necessário pensar nos projetos e propostas exigidos pelos eleitores. A indefinição da política salarial e a falta de diálogo observada no anúncio do ajuste econômico comprovam a afirmativa de que Legislativo e Executivo não devem divergir por divergir, mas sim trabalhar pelo bem comum, ainda que isso determine renúncias mútuas a algum tipo de idealismo partidário.

Tanto isso é verdade que, para o eleitor, pouco importa quem manda mais, tampouco se as articulações para derrubar ou evitar a votação desse ou daquele projeto foram bem assimiladas pelas bancadas. O retorno da confiança do voto e

o trabalho incansável dos parlamentares na busca de facilidades para o difícil cotidiano da população é que são aspectos realmente relevantes. Dessa forma, de nada vale lotar o plenário com deputados e senadores se as discussões forem apenas divagações e assuntos que somente repercutam internamente. Em resumo, não adianta discutir as funções dos três poderes se os resultados permanecerem no plano da retórica e deixarem de atingir a quem interessa: o povo.

É preciso, portanto, repensar a política partidária, além de se promover uma análise mais profunda das reais dificuldades da sociedade brasileira e do que deve ser discutido em plenário, sob pena de perdermos mais essa legislatura com conversações incapazes de concluir sobre o sexo dos anjos.

Logicamente, ninguém pensa em desvalorizar os serviços prestados pelos parlamentares que participaram dos trabalhos legislativos ora encerrados. Entretanto, sabidamente, inúmeros problemas deixaram de ser apreciados, o que, no entender do eleitorado, quer dizer descaso ou, no mínimo, preguiça.

Os problemas são infindáveis e variam conforme a região. Faltam, então, as soluções, que devem começar a surgir a partir da aclimatação dos novos parlamentares com o Legislativo. É claro que não cabe a eles resolver tudo de uma hora para a outra. No entanto, como virão desarmados em relação ao Executivo e preocupados em fazer do trabalho político um trampolim para a solidificação da vida pública, é bem possível que as mudanças desejadas no relacionamento entre os poderes sejam mesmo uma questão de tempo. Com isso, quem sabe o eleitor não mude de opinião e se conscientize de que ótimos legisladores têm de ter salários ótimos. Alcançado esse objetivo, sem dúvida ele seria o marco do novo Congresso e o início de um novo rumo da política nacional.